

Análise da Evolução das Provisões e Passivos Contingentes Trabalhistas nas Empresas Incluídas nos Setores de Bens Industriais e Consumo Cíclico Listadas na [B]³

Resumo

O presente estudo objetivou analisar a evolução das Provisões e Passivos Contingentes Trabalhistas nas empresas incluídas nos setores de Bens Industriais e Consumo Cíclico listadas na B3, entre os exercícios de 2015 a 2018. A pesquisa foi realizada de forma descritiva com abordagem quantitativa e dispozo como procedimento técnico uma pesquisa documental, baseada nas informações obtidas por meio das notas explicativas publicadas pelas companhias que compuseram a amostra. Após coleta e tabulação dos dados foram atribuídos os percentuais evolutivos para cada período e realizado a análise da evolução das Provisões e Passivos Contingentes Trabalhistas. Quanto aos resultados, foi identificado que os valores divulgados por ambos os setores analisados no que se refere a Provisão com saída de recursos classificada como provável apresentaram evolução no período analisado, visto que nesta classificação de modo geral são constituídas as provisões para as ações que já estão inseridas no judiciário. Em contrapartida, os resultados obtidos com a análise dos Passivos Contingentes apresentaram um declínio em ambos os setores para o exercício de 2018, sugere-se que o declínio apresentado foi ocasionado pela Reforma Trabalhista que passou a vigorar ao final de 2017, a qual estabeleceu alguns critérios para a entrada de novas reclamações trabalhistas denegando assim pedidos sem procedência e refletindo nas contingências divulgadas pelas companhias no exercício de 2018 e possivelmente em exercícios futuros, que ao serem analisados poderão corroborar com este estudo.

Palavras chave: Provisões, Passivos Contingentes, Passivo Trabalhista.

Linha Temática: Contabilidade Financeira – Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF)

Realização:



1 Introdução

A singularidade da legislação brasileira é disseminada pelo mundo devido ao seu contencioso de normas e regulamentos que se sobrepõe e resultam em diferentes interpretações pelas companhias brasileiras e demais usuários (Martins, 2009). Considerando que essa legislação está frequentemente sendo acrescida de leis, decretos, regulamentos e portarias para abranger toda a complexidade existente das normas. Inserido nesse contexto, a legislação trabalhista a qual também possui suas particularidades, possui agravantes por resultar em numerosos passivos às companhias (Ribeiro, 2012).

A legislação trabalhista, por ser extensa e segmentada, permite pluralidades na sua interpretação, Pastore (2006) afirma que a busca da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em abranger todas as especificidades trabalhistas resultou em uma infinidade de normas e regulamentos aumentando a possibilidade de diferentes tipos de interpretações. Não obstante, pode-se afirmar que a CLT busca garantir os direitos da classe trabalhadora no qual muitas vezes o empregador fica sujeito a rigidez da legislação trabalhista não permitindo flexibilidade nas condições de trabalho.

Silva (2016) (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-2016-brasil-ganha-3-milhoes-de-acoes-trabalhistas>) relata que o Brasil é recordista em processos de demandas trabalhistas contra as empresas contabilizando somente no ano de 2016, 3 milhões de novas ações. Para tanto ao final do ano de 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.467/17 a qual propõe uma atualização da legislação trazendo uma maior segurança as empresas, abrangendo situações ora não relacionadas anteriormente. Tal alteração foi amplamente amparada pelas empresas brasileiras, pois visa reduzir as reclamações trabalhistas aumentando a segurança jurídica entre a relação empregado e empregador.

Neste cenário contencioso a interpretação ou o não cumprimento da legislação pode resultar na manipulação dos resultados publicados pelas companhias, para tanto houve a necessidade da normatização das demonstrações financeiras. Com a Lei nº 11.638/07 que dispõe a respeito da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, o Brasil passou a adotar as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sendo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) responsável por convergir as normas do IASB no Brasil (Rosa *et al.*, 2017).

Os processos judiciais possuem um alto grau de complexidade e as companhias necessitam da avaliação de especialistas para avaliar e mensurar com confiabilidade as informações que serão divulgadas (Ribeiro, Ribeiro & Weffort, 2013), para tanto o CPC 25 estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões e passivos e ativos contingentes quanto a sua natureza, oportunidade e valor.

As provisões são passivos resultantes de obrigações presentes na entidade, mas com prazo e/ou valores incertos, no qual é considerada provável a saída de recursos e estes são reconhecidos no resultado do exercício das companhias. Ativos e Passivos Contingentes ainda serão confirmados por eventos não controlados pela entidade, portanto, são classificados como eventos possíveis de ocorrer, sendo evidenciados somente nas notas explicativas (CPC 25, 2009).

Passivos classificados como possíveis e prováveis podem sofrer constantes alterações, uma vez que os eventos não são controlados pela entidade. Para tanto a análise frequente dos

Realização:



especialistas da administração é fundamental na elucidação das informações fidedignas das demandas judiciais, uma vez que situações ora classificadas como possíveis podem tornar-se prováveis e impactar diretamente no resultado final do exercício das companhias.

A complexidade e tamanho das operações envolvendo ambos os setores que compõe a amostra desta pesquisa, os quais negociam suas ações na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e estão classificados em Bens Industriais e Consumo Cíclico, denotam grande importância para o estudo devido a quantidade de companhias incluídas nos segmentos agregados em cada setor, os quais devido à ocasionarem um volume maior de vínculos empregatícios de forma direta ou indireta para a continuidade de suas operações, estão sujeitos a uma demanda maior de reclamações trabalhistas, causando um impacto nos valores a serem provisionados.

Diante do exposto, e considerando a importância em divulgar informações suficientes para a tomada de decisão o presente estudo objetiva responder o seguinte problema de pesquisa: **Houve evolução das provisões e passivos contingentes trabalhistas nas empresas incluídas nos setores de bens industriais e consumo cíclico listadas na B3?**

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução das provisões e passivos contingentes trabalhistas nas empresas incluídas nos setores de bens industriais e consumo cíclico listadas na B3. Tal estudo justifica-se devido à escassez de trabalhos abordando o desenvolvimento dos valores provisionados e divulgados pelas companhias, exclusivamente às demandas trabalhistas anteriormente e após a Reforma Trabalhista que após aprovada entrou em vigor no final do ano de 2017 e os reflexos da mesma em nossa complexa legislação brasileira.

Sendo este um assunto complexo e que detona grande importância visto que após a análise esta pode inferir se houve uma tendência natural no aumento de ações trabalhistas nos três exercícios que antecederam a Reforma Trabalhista e, se houve algum reflexo advindo pós Reforma Trabalhista no exercício de 2018.

De forma contributiva este estudo também pretende verificar se as companhias estão seguindo o disposto no CPC 25 quanto a divulgação das Provisões e Passivos Contingentes em suas notas explicativas, visto que o registro ou não destas provisões podem impactar significativamente o patrimônio da entidade, uma vez que em sua maioria as reclamações trabalhistas possuem valores expressivos que quando desembolsados sem nenhuma provisão constituída podem onerar diretamente as companhias.

2 Referencial Teórico

2.1 Evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes

A Contabilidade tem como principal objetivo disponibilizar a todos os usuários informações genuínas capazes de auxiliar no processo de tomada de decisão (Iudicibus, 2004). Neste sentido ressalta-se que para contribuir de forma positiva em uma decisão, deve haver, além do acesso à informação, a necessidade de esta ser apresentada de forma tempestiva, relevante e confiável (Nogueira, 2016)

Corroborando a este entendimento, Farias (2004) relata que a relevância das informações divulgadas, através das Demonstrações Contábeis complementadas pelas notas explicativas que descrevem os métodos para a mensuração e reconhecimento utilizados, geram credibilidade às

Realização:



informações apresentadas pela contabilidade. Em complemento Indicibus (2004) destaca a existência de inúmeras formas de evidenciação, no entanto todas baseadas na mesma essência: expor a informação de forma ordenada e consistente de maneira diferenciada para cada tipo de usuário.

No Brasil após a adoção das normas internacionais de contabilidade, o CPC 25, proveniente da tradução do IAS 37 - *International Accounting Standards Board* (IASB), dispõe sobre os procedimentos técnicos para o devido reconhecimento e mensuração das provisões, ativos e passivos contingentes. Houve a necessidade de um tratamento específico para este tipo de obrigação, pois foi identificado que existiam situações as quais a entidade não possuía certo grau de certeza ou confiabilidade quanto ao prazo e/ou valor de tal obrigação, não podendo assim classificar como passivo conforme diretrizes da Estrutura Conceitual.

Conforme dispõe o CPC 25 (2009) os elementos que não podem ser reconhecidos como passivo recebem classificação que se diferenciam quanto ao seu tratamento nas demonstrações contábeis, sendo classificados como provável, possível e remoto. Quando é provável a saída de recursos tais elementos são intitulados como provisão e devem ser reconhecidos no resultado do exercício, as demais classificações são evidenciadas somente em notas explicativas sem necessidade de seu reconhecimento no balanço por não ser possível confirmar a saída de recursos pela entidade.

Há elementos considerados relevantes, mas possuem restrições quanto a sua mensuração, para tanto devem ser evidenciados em notas explicativas. Considerando que elementos classificados como possíveis, inicialmente tratados somente em notas explicativas podem sofrer alterações e tornar-se prováveis de ocorrência, afetando assim o resultado do exercício, é de suma importância que os critérios de classificação sejam respeitados para garantir a confiabilidade das informações e transpor aos usuários as reais situações que podem afetar a companhia. (Farias, 2004)

Farias (2004) também afirma que as obrigações contingenciais decorrem principalmente de questões trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais, e enfatiza que processos trabalhistas são comuns e cada vez mais frequentes na rotina de trabalho das organizações. Neste cenário, garantir a adequada evidenciação destas informações garante aos usuários informações úteis quanto aos eventos que podem afetar a companhia, ratificando assim a relevância na observação do CPC 25 (2009) no que dispõe sobre as formas de evidenciação dessas obrigações.

2.2 Provisões e Passivos Contingentes Trabalhistas

Inicialmente a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro (2011) conceitua passivos sendo uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. No entanto a particularidade de alguns elementos resultou na criação de normas complementares visando atender e transpor com confiabilidade os eventos que não se enquadram no conceito de passivo, tal qual dispõe o CPC 25 (2009) criado com o objetivo de estabelecer critérios de reconhecimento e mensuração apropriados a provisões, ativos e passivos contingentes e que sejam divulgadas informações suficientes para permitir o entendimento quanto a sua natureza, oportunidade e valor (CPC 25, 2009).

Realização:



Provisão é um passivo de prazo e/ou valor incerto. CPC 25 (2009) discorre que para constituir uma provisão se deve considerar os seguintes requisitos de forma conjunta: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Portanto, o reconhecimento da provisão se dá somente caso haja a presença de todos os requisitos listados acima, caso a provisão não possa ser reconhecida devido à ausência das condições supracitadas, a provisão não é constituída sendo realizado apenas a divulgação nas notas explicativas e neste caso, tratado como passivo contingente. Caetano *et al.* (2010) ressalta que a classificação da provisão e do passivo contingente deverá ser determinada considerando a probabilidade de sua ocorrência, objetivando atribuir diferentes tratamentos contábeis para cada tipo de risco, conforme relacionado na Tabela 1:

Tabela 1.

Classificação provisões e passivos contingentes

Risco	Conceito	Interpretação
Provável	Saída de recursos considerada provável em face de uma obrigação presente	Provisão após mensurada deve ser reconhecida e divulgada conforme exigência legal
Possível	Dispõe de obrigação considerada possível, podendo requerer, no entanto, é provável que não haverá saídas de recursos	Provisão não é reconhecida, porém é exigido a divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remota	Dispõe de obrigação considerada possível, da qual a probabilidade de saída de recursos é remota	Nenhuma provisão é reconhecida e não há exigência de divulgação

Fonte: Adaptado CPC 25, pág. 17.

Levando em consideração que os passivos contingentes se desenvolvem de forma não premeditada, na decorrência de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos a entidade e que inicialmente foram tratados como possíveis e divulgados como passivos contingentes, após avaliação periódica sejam identificados como prováveis, haverá o reconhecimento da provisão nas demonstrações contábeis do período no qual houve a alteração (CPC 25, pg. 9)

Considerando que as obrigações contingentes são constituídas principalmente por demandas trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais a abordagem quanto aos processos trabalhistas é relevante devido aos riscos financeiros envolvidos. A complexidade e morosidade do sistema judiciário no tratamento do passivo contingente trabalhista não é dos mais simples, visto que nem sempre a reclamatória ocorreu de fato, ou na proporção alegada, além de acordos que podem vir a ser realizados entre as partes (Farias, 2004).

Tem-se ainda que o profissional contábil se depara com inúmeras situações que exige profundos conhecimentos nas mais diferentes áreas de atuação, as quais podem impactar todas as informações contabilizadas. Haja vista o alto grau de complexidade das leis brasileiras torna-se inviável que o profissional contabilista tenha total conhecimento dessas áreas correlatas, para tanto a responsabilidade por avaliar casos judiciais foi transferida para profissionais especializados no âmbito jurídico, restando ao profissional contábil o julgamento quanto ao registro ou não do risco

apontado. (Paoletti, 2009)

Pereira (2008, p.95) afirma: “As possíveis perdas decorrentes da não provisão de um possível passivo trabalhista podem comprometer as finanças da organização gerando um contingenciamento de despesas, afetando negativamente a saúde da empresa.” Para tanto a avaliação periódica por especialistas é essencial para transpor com confiabilidade tais eventos.

2.3 Estudos Semelhantes

Para reforçar a relevância do objeto deste estudo, foi realizado levantamento de estudo semelhantes por meio das bases Google Acadêmico e *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), utilizando palavras-chave: Provisões; Passivos Contingentes; Passivo Trabalhista; Passivo Judicial e Evidenciação.

Tabela 2.

Estudos Semelhantes

Autores	Objetivo do Estudo	Resultados Obtidos
Farias (2004)	Verificar se as empresas do Setor Químico e Petroquímico, de acordo com a edição da Revista Exame, Melhores e Maiores de 2002, estão divulgando em suas demonstrações contábeis, as informações mínimas referentes ao passivo contingente.	Os resultados obtidos demonstraram que a maioria das empresas referentes a amostra analisada, estão em inconformidade com as exigências dos órgãos normativos em relação a divulgação dos passivos contingentes, no qual os mais relevantes: ausência de nota explicativa, falta de informações quanto a critérios de mensuração, natureza e prazo para ocorrência.
Paoletti (2009)	Identificar as práticas adotadas quanto a formação de critérios de formação de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, e analisar como os profissionais envolvidos interpretam a Lei e os atos normativos para forma suas opiniões.	Os profissionais entrevistados reforçaram a ideia que os normativos existentes necessitam de adaptação objetivando uma padronização quanto aos critérios de avaliação e formação de provisões,
Caetano (2010)	Identificar se as companhias listadas na BM&FBOVESPA dentro segmento de papel e celulose, seguiram as normas mínimas de evidenciação do passivo contingente conforme recomenda órgãos normativos nacionais.	As companhias compreendidas na amostra realizaram de forma significativa a divulgação, porém de forma insuficiente no atendimento das exigências legais.
Suave <i>et al.</i> (2013)	Identificar se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA atendem às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes.	Verificou-se que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade referente aos passivos contingentes.
Nogueira (2016)	Identificar por meio de análise das notas explicativas se a divulgação realizada pelas empresas brasileiras de capital aberto estão em conformidade com os pressupostos do conceito de <i>fair value</i> .	A análise demonstrou que nenhuma das companhias, mesmo que isolada, divulgou de forma completa todos os itens analisados, observado inclusive que as práticas adotadas para a evidenciação não se enquadram nos padrões exigidos, para divulgação da informação com clareza e completude de informação.

Realização:

Percebe-se, que pesquisas referentes as provisões e passivos contingentes foram abordados em diversos trabalhos desde a emissão do Pronunciamento Contábil Técnico 25 (CPC 25) – Provisão e Passivo Contingente. No entanto sua subjetividade quanto ao correto tratamento contábil, possibilita a elaboração de pesquisas científicas objetivando o levantamento de informações relevantes quanto ao tema proposto.

3. Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa é de caráter descritiva com abordagem quantitativa (Raupp & Beuren, 2006). Quanto aos procedimentos técnicos o estudo enquadra-se como documental (Gil, 2008). A população escolhida foram as empresas dos setores de Bens Industriais e Consumo Cíclico listadas na B3, com os dados referentes aos anos de 2015 a 2018.

Atualmente a B3 expõe as companhias listadas em 12 categorias: Bens Industriais; Construção e Transporte; Consumo Cíclico; Consumo não Cíclico; Financeiro; Materiais Básicos; Outros; Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Saúde; Tecnologia da Informação; Telecomunicações e Utilidade Pública.

Raupp e Beuren (2003) explanam que a análise de forma setorial auxilia na relevância da análise de dados. Logo a análise foi realizada conforme classificação por setor de atuação conforme retirado do sitio da B3. Destaca-se que o setor no qual cada empresa está incluída influência nos valores constituídos para provisões e passivos contingentes, pois de acordo com o risco ao qual é exposto cada operação é possível verificar qual tipo de litígio é mais recorrente em cada segmento (Balduino & Borba, 2015).

A comparabilidade entre os segmentos setoriais proporciona uma interatividade entre as companhias da amostra e uma visualização dinâmica de variáveis relevantes justificáveis aos resultados obtidos. Para tanto, a presente pesquisa buscou analisar a evolução dos passivos contingentes trabalhistas de dois setores expressivos na B3, uma vez que ambos são os setores com maior número de segmentos, compreendendo ramos de comércio, serviços e indústrias que possuem, para a execução de suas atividades, uma maior movimentação de demandas trabalhistas.

O processo de coleta de dados se realizou mediante análise das Notas Explicativas que compuseram as Demonstrações Contábeis Padronizadas, nos exercícios findos em 2015 a 2018 disponibilizadas no sitio da B3 e coletadas no mês de abril de 2019, mês posterior a data limite para a publicação das Demonstrações Contábeis.

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração estabeleça julgamentos e estimativas de acordo com o histórico das companhias e as orientações dos Pronunciamentos Técnicos. No entanto a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo, alterando seus resultados em exercícios futuros.

Para a análise, foi realizada a tabulação das informações obtidas referentes aos dados coletados das notas explicativas: i) valor da provisão trabalhista e ii) valor do passivo contingente trabalhista. Posteriormente foi verificado por meio de percentual e análise gráfica a evolução ou regressão dos valores compreendidos entre os anos de 2015 a 2018, destacando as alterações mais expressivas.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Provisões para Contingências

Foram analisadas as empresas que negociam suas ações na B3 compreendidas dentro dos subsetores de Bens Industriais e Consumo Cíclico totalizando na data da coleta de dados em ambos os setores 71 e 80 empresas respectivamente. Ressalta-se que os resultados obtidos são restritos ao período da análise referindo-se aos exercícios de 2015 a 2018 e conforme as notas explicativas orientam os valores apresentados são expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma, assim sendo nesta pesquisa os valores são apresentados observando este critério.

A coleta de dados deu-se por meio da análise das notas explicativas divulgadas pelas companhias, destaco que todas as empresas da amostra apresentaram em complemento as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP suas Notas Explicativas, no entanto, durante a coleta e tabulação dos dados foram identificados que diversas empresas não cumpriram os critérios determinados no CPC 25 (2009) no qual não divulgaram a Provisão e/ou Passivo Contingente ou o fizeram de maneira insuficiente estando em desacordo com as orientações estabelecidas.

Desta forma as empresas que não atenderam aos critérios exigidos de forma total e/ou parcial foram excluídas da pesquisa, logo, para a análise das Provisões foram desconsideradas 22 empresas entre os dois subsetores pois não divulgaram ou informaram, porém de forma não segregada a natureza de cada da obrigação.

Após tabulação dos dados por meio do *software* para criação de planilhas *Microsoft Excel*, foram incluídos os percentuais evolutivos entre cada exercício em todas as companhias, na Tabela 3 são apresentadas as informações geradas referentes a Provisões Trabalhistas constituídas do setor econômico de Bens Industriais, utilizando como base o ano de 2015

Tabela 3.

Percentual Evolutivo Provisões – Subsetor Bens Industriais

SUBSETOR	2015	% Evo	2016	% Evo	2017	% Evo	2018
Construção e Engenharia	82.027	-0,99%	81.215	12,11%	91.053	6,10%	96.607
Material de Transporte	149.903	22,06%	182.970	27,88%	233.976	36,64%	319.705
Máquinas e Equipamentos	382.775	19,75%	458.385	-12,08%	403.035	5,47%	425.070
Transporte	1.205.662	8,19%	1.304.411	4,87%	1.367.903	5,63%	1.444.980
Serviços Diversos	80.422	39,34%	112.059	64,41%	184.241	11,54%	205.496
Comércio	150	31,33%	197	-92,39%	15	100,00%	30

Legenda: % Evo = Percentagem de Evolução

Observa-se conforme exposto na Tabela 3 que todos os subsetores obtiveram aumento nos valores provisionados para as demandas trabalhistas, com exceção dos subsetores de Construção e Engenharia entre 2015 e 2016 e Máquinas e Equipamentos entre 2016 e 2017. Destaca-se ainda o subsetor de Comércio que entre 2016 e 2017 apontou um declínio de 92,39%, indo de encontro a evolução das provisões do setor, contudo o subsetor apresentou aumento no ano seguinte.

Ambas as informações destacadas acima, são decorrentes de reversões, devido a análise e acompanhamento das ações em andamento, realizadas por especialistas de forma interna e/ou

Realização:

externa a companhia. Farias (2004) destaca no resultado de sua pesquisa que o âmbito trabalhista pode tornar-se bastante oneroso, uma vez que seus preceitos não dependem exclusivamente de ações da empresa, mas resultam da insatisfação de colaboradores com práticas e procedimentos adotados em diferentes áreas da empresa. Logo essa análise continua de cada processo em andamento é essencial para que os valores provisionados sejam mensurados e reconhecidos de forma mais assertiva e fidedigna possível.

Quanto ao subsetor de Transporte este obteve os maiores valores absolutos no setor de bens industriais. Percebe-se que os valores apresentados são decorrentes a três empresas exclusivamente compreendidas no segmento de Exploração de Rodovias, na qual mesmo quando analisadas de forma isoladas apresentaram esses valores discrepantes, sendo estas empresas: Rod Colinas, RT Bandeiras e Triangulosol (todas listadas com o nome utilizado para pregão).

Em uma análise mais detalhada nas Notas Explicativas das empresas pesquisadas a companhia Rod Colinas expos um breve resumo sobre as demandas trabalhistas que em sua maioria referem-se a pedidos de empregados diretos ou terceirizados, relativas a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros, no entanto notadamente esse aumento significativo verificado no período analisado foi associado as discussões decorrentes do conceito de grupo econômico ao qual a companhia passou a fazer parte.

Nas Notas Explicativas das empresas RT Bandeiras e Triangulosol não foram especificadas as informações sobre processos judiciais em andamento para que fosse possível esclarecer tal evolução, e ambas as empresas assim como a Rod Colinas apresentaram a movimentação dos valores revertidos ou adicionados em cada exercício por meio de tabelas sem maiores informações dos critérios e bases de mensuração utilizados, bem como volume de ações em andamento.

Verifica-se por fim, conforme destacada anteriormente que o subsetor de Transporte é o detentor do maior volume de provisões trabalhistas, seguido de Máquinas e Equipamentos e Material de Transporte. A Tabela 4 demonstra as informações quanto ao reconhecimento das Provisões do subsetor de Consumo Cíclico, seguindo o mesmo padrão da Tabela 3 no qual estão apresentados os valores provisionados e o percentual evolutivo entre cada exercício.

Tabela 4.

Percentual Evolutivo Provisões Trabalhistas – Subsetor Consumo Cíclico

SUBSETOR	2015	% Evo	2016	% Evo	2017	% Evo	2018
Construção Civil	415.807	0,42%	417.548	-9,17%	379.278	-8,31%	347.770
Tecidos, Vestuário e Calçados	145.666	-0,27%	145.274	3,94%	151.001	2,43%	154.673
Utilidades Domésticas	30.706	38,09%	42.402	21,17%	51.380	-2,40%	50.146
Automóveis e Motocicletas	268.344	23,06%	330.227	8,67%	358.873	-15,05%	304.874
Mídia	141	45,39%	205	-46,34%	110	-30,00%	77
Hotéis e Restaurantes	16.198	78,28%	28.878	-38,40%	17.789	38,32%	24.606
Viagens e Lazer	19.721	12,71%	22.227	36,31%	30.297	36,48%	41.349
Diversos	612.606	-15,64%	516.774	-15,42%	437.102	-6,59%	408.279
Comércio	395.273	-16,81%	328.827	6,20%	349.208	-10,49%	312.564

Legenda: % Evo = Percentagem de Evolução

Realização:



De forma contrária ao observado no subsetor de Bens Industriais, neste subsetor houveram maiores quedas nos valores reconhecidos como Provisões Trabalhistas no que compete ao período analisado, sendo identificado inclusive essa diminuição nos montantes provisionados com maior declínio entre os exercícios de 2017 e 2018.

O seguimento de Construção Civil que entre 2016 a 2018 apresentou uma queda nos valores provisionados, na análise individual das empresa encontrou um dado discrepante a companhia Helbor que de forma isolada obteve um aumento no período relacionado. Ao verificar a nota explicativa da companhia foi identificado que conforme divulgado pela administração as demandas judiciais são acompanhadas e analisadas por assessores jurídicos que constituem provisões para as perdas prováveis de ações ainda em curso, ao qual destacam que essa reversão adicionada é decorrente de ações do curso normal dos negócios, no entanto, a ausência de maiores informações sobre as ações detentoras de maior relevância ao ponto de justificar o julgamento para o aumento das Provisões constituídas dificultaram a análise.

Seguindo o mesmo padrão outros dois subsetores que demonstraram nível significativo de evolução foram Viagens e Lazer que apresentaram aumento nos valores provisionados de 36% em dois períodos seguidos e Diversos subsetor que compreende os segmentos de Serviços Educacionais, Aluguel de Carros e Programa de Fidelização, o qual apresentou queda nos valores provisionados em todos os períodos analisados.

Ao analisar de forma singular identificou-se que no segmento de Viagens e Lazer assim como em Construção Civil, o destaque de uma das empresas vai de encontro com os números encontrados para o subsetor, neste caso a Tectoy que no exercício findo em 2016 apresentou aumento em suas notas explicativas, contudo não existe qualquer menção há informações para embasar esta oscilação significativa, a companhia Tectoy divulgou por meio de tabela a movimentação dos valores de Provisões com os respectivos saldos iniciais e finais incluindo as adições e reversões do período.

No subsetor Diversos a relevância foi constatada no segmento Aluguel de Carros onde a empresa Movida apresentou entre 2015 e 2016 aumento nos valores provisionados, no exposto em suas notas explicativas a companhia destaca a quantidade de processos judiciais trabalhistas em curso que passou de 14 no ano de 2015 para o total de 158 em 2016, nos demais exercícios não há informações acerca das ações em andamento.

Nota-se, que apesar dos casos isolados destacados anteriormente, ao qual foram identificados uma evolução considerável em certas companhias, o subsetor de Consumo Cíclico não apresentou uniformidade para os valores de reconhecimento de Provisões, apresentando discrepâncias entre os setores quanto as estimativas de perda provável no período em questão.

4.2 Passivo Contingente

Quanto a divulgação do Passivo Contingente Trabalhista pelas companhias da amostra, o resultado apurado demonstrou que somente 63,58% divulgaram as provisões para contingências conforme disposto no CPC 25 (2009), ao qual não deve haver provisão, mas somente evidenciação em nota explicativa quando a saída de recurso for considerada possível ou remota conforme elucidado na Tabela 1, assim sendo para não comprometer o resultado da pesquisa foram

Realização:



desconsideradas as companhias que não divulgaram suas contingências.

Em ambos os subsetores analisados Bens Industriais e Consumo Cíclico, após os dados referentes as contingências serem apropriados, em uma análise ampla foi identificado um declínio nos valores divulgados a cada exercício, abaixo na Tabela 5 são apresentadas as informações referentes as provisões para Passivos Contingentes Trabalhistas das companhias do subsetor de Bens Industriais.

Tabela 5.

Percentual Evolutivo Passivos Contingentes Trabalhista – Subsetor Bens Industriais

SUBSETOR	2015	% Evo	2016	% Evo	2017	% Evo	2018
Construção e Engenharia	40.208	-1,97%	39.414	52,55%	60.126	-69,50%	18.341
Material de Transporte	154.148	68,69%	260.037	49,52%	388.816	14,74%	446.119
Máquinas e Equipamentos	90.561	28,47%	116.348	5,48%	122.726	28,37%	157.547
Transporte	2.865.197	30,27%	3.732.597	19,64%	4.465.534	-1,69%	4.390.048
Serviços Diversos	367.544	-2,05%	360.007	-33,63%	238.919	11,21%	265.694
Comércio	4.538	-62,83%	1.687	109,54%	3.535	-46,53%	1.890

Legenda: % Evo = Percentagem de Evolução

Observa-se um aumento significativo no subsetor de Construção e Engenharia entre os anos de 2016 e 2017, de forma isolada o aumento é ligado a empresa Mendes Jr incluída no seguimento de Construção Pesada, que divulgou um aumento no passivo contingente de possível ocorrência no ano de 2017, a companhia em suas notas explicativas informa somente que a necessidade ou não da constituição da provisão é analisada periodicamente pelos seus consultores jurídicos, julgando não ser necessária maiores informações a respeito, pois acredita que as eventuais saídas de caixa não irão afetar a posição financeira da companhia.

No subsetor de Material de Transporte houve também de maneira expressiva uma evolução mais elevada em comparação as demais companhias, esta refere-se a empresa Rod Tiete que apresentou do ano de 2016 para 2017 um aumento de 309,89% em suas contingências trabalhistas, adicionalmente em suas notas explicativas.

Além das informações de suas provisões foi incluído o montante referentes às demandas trabalhistas em andamento, sendo 527 em 2017 e 302 no ano de 2016, também evidência os valores correspondentes a depósitos judiciais do início e final de cada período e destaca que o incremento nos valores provisionados se referem ao entendimento do judiciário que classificou a companhia como integrante de um grupo econômico, sendo este polo passivo perante a vara do trabalho, a companhia refuta tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis, no entanto não acredita na ocorrência de perdas econômicas ligadas a este cenário.

Neste cenário o subsetor de Transporte assim como mencionado na divulgação de Provisões com saída provável de recursos da entidade, se mantém como segmento detentor do maior volume de contingências aqui reconhecidas como possíveis ou remotas de ocorrência. As contingências informadas pela subsetor de Consumo Cíclico estão dispostas na Tabela 6, assim como seu comportamento quanto a evolução do período.

Tabela 6.

Percentual Evolutivo Passivos Contingentes Trabalhista – Consumo Cíclico

SUBSETOR	2015	% Evo	2016	% Evo	2017	% Evo	2018
Construção Civil	443.695	50,52%	667.855	11,67%	745.785	-29,31%	527.175
Tecidos, Vestuário e Calçados	91.387	-9,00%	83.166	19,94%	99.751	-24,14%	75.674
Utilidades Domésticas	4.142	-5,60%	3.910	-9,36%	3.544	-52,79%	1.673
Automóveis e Motocicletas	100.615	45,33%	146.224	71,84%	251.266	4,91%	263.615
Mídia	45	-8,89%	41	14,63%	47	8,51%	51
Hotéis e Restaurantes	24.992	30,51%	32.616	81,28%	59.125	8,30%	64.030
Viagens e Lazer	38.824	-50,83%	19.089	-30,81%	13.207	11,72%	14.755
Diversos	123.027	112,60%	261.557	55,99%	408.012	17,74%	480.403
Comércio	40.318	210,81%	125.313	8,92%	136.491	-50,37%	67.737

Legenda: % Evo = Percentagem de Evolução

Destacam-se o significativo percentual de aumento os subsetores de Construção Civil obtendo 50,52 % entre os anos de 2015 e 2016, o subsetor Diversos que entre 2015 e 2016 apresentou evolução de 112,60 % e no exercício findo em 2017 obteve um acréscimo de 55,99%. E os subsetores de Automóveis e Motocicletas e Hotéis e Restaurantes que apresentaram um aumento destacado entre os anos de 2016 e 2017.

Quanto ao subsetor de Construção Civil, a significância foi identificada na companhia João Fortes do seguimento de Incorporações, que individualmente apresentou o aumento de 569,72%, nas notas explicativas não foram especificados informações quanto as ações de natureza trabalhista em curso, entretanto, na análise das notas explicativas foi identificado que a companhia demanda maior relevância aos processos de natureza Cíveis, haja vista que para este cenário foi exposto um levantamento detalhado das ações de maior representatividade para a companhia.

Na análise do subsetor Diversos, foi constatado duas empresas que se sobressaíram demonstrando de forma individual um aumento expressivo na divulgação de seus passivos contingentes, sendo Estacio Part do seguimento de Serviços Educacionais e a Localiza incluída no seguimento de Aluguel de Carros.

A Estacio Part apresentou um crescimento entre 2015 e 2016, em suas notas explicativas foi identificado por meio de tabela com os respectivos valores das contingências classificadas pela natureza de cada obrigação, de forma contributiva também foi exposto em completude as informações das ações mais relevantes e seus valores, ao qual conforme avaliação não necessitam constituir provisões, estas foram apresentadas de forma segregadas, tendo maior relevância neste exercício as reclamatórias de diferenças salariais, horas extras, cota previdenciária e outros, vale ressaltar que nos exercício futuros a proporcionalidade de aumento declinou de forma bastante expressiva.

A análise restrita a companhia Localiza apontou acréscimo em 2015 em comparação ao Passivo Contingente Trabalhista divulgado no exercício anterior e no ano de 2017, a composição e o movimentação desta contingência foi apresentado de forma segregada entre Passivos Contingentes com risco de perda possível e remota. As movimentações foram demonstradas em

tabelas com os respectivos saldos do início e final de cada exercício, sendo incluídos também a quantidade de processos relevantes em andamento ao qual a empresa faz parte como polo passivo, no qual passou de 5 processos em 2015 para 56 ao final de 2017.

Em concordância ao que foi destacado anteriormente e evidenciado na Tabela 6, os subsetores de Automóveis e Motocicletas, Hotéis e Restaurantes e Diversos, apresentaram de modo geral um aumento na divulgação das provisões baseadas em julgamentos ao qual a saída de recursos econômicos da entidade foi considerada possível ou remota de ocorrência.

4.3 Comparabilidade dos Setores

Com relação a comparabilidade entre os seguimentos analisados, no que tange o reconhecimento de Provisões com saída provável de natureza Trabalhista, foi identificado uma evolução nos valores provisionados pelas companhias listadas na categoria de Bens Industriais, em contrapartida houve uma queda nos valores apresentados pelo seguimento de Consumo Cíclico, conforme disposto na Figura 1.

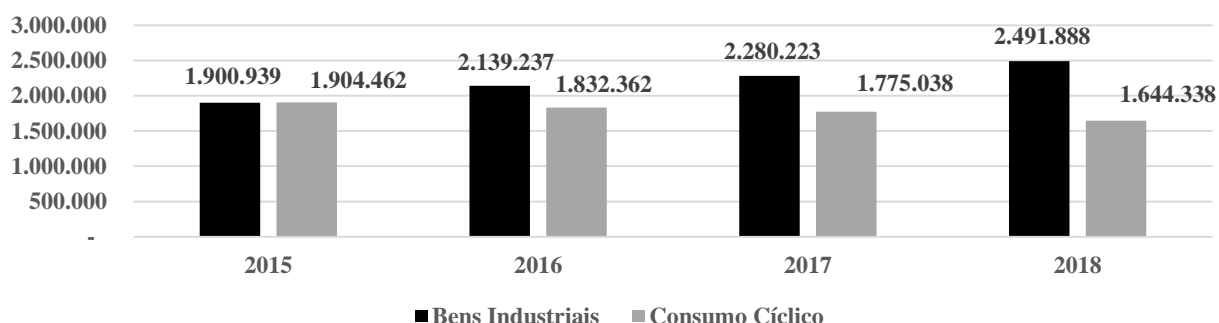


Figura 1. Comparabilidade das Provisões Trabalhistas

Considerando as informações apresentadas na Figura 1, o subsetor de Consumo Cíclico em comparação ao subsetor de Bens Industriais, apresentou de modo geral uma queda mais expressiva nos valores divulgados, sendo observado uma maior queda neste seguimento entre os exercícios de 2017 e 2018 apresentando uma queda de 7,36%.

Na sequência, a análise comparativa dos segmentos quanto a divulgação em Notas Explicativas dos Passivos Contingentes Trabalhistas quando classificados de ocorrência possível ou remota estão apresentados na Figura 2.

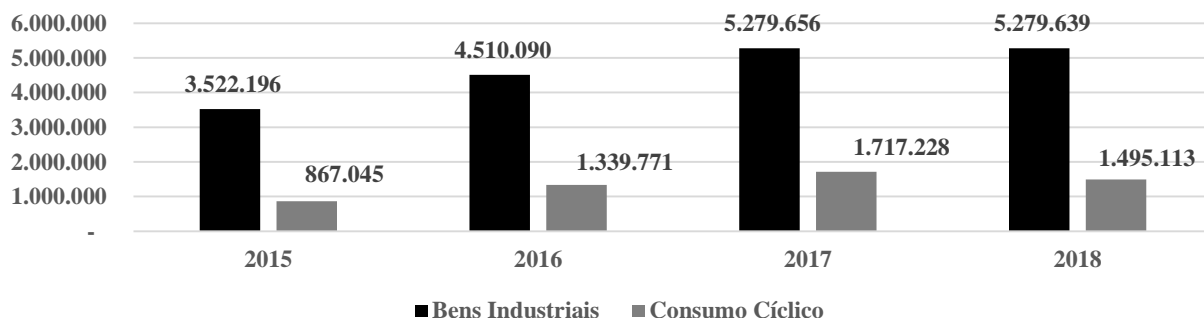


Figura 2. Comparabilidade dos Passivos Contingentes Trabalhistas

De modo significativo no reconhecimento nas contingências em suas Notas Explicativas, ambos os setores analisados apresentaram acréscimos nos exercícios de 2015 a 2017, no entanto obtiveram declínio nos montantes divulgados de 2017 para 2018.

Por fim, por meio das análises apresentadas percebe-se uma disparidade entre os montantes divulgados para Provisões e Passivos Contingentes Trabalhistas nos balanços e notas explicativas em ambas as companhias. Nogueira (2016) em sua pesquisa ressalta que a ocorrência de uma má avaliação do passivo judicial trabalhista, tende a impactar negativamente e de maneira significativa na disponibilidade financeira da empresa e inclusive na continuidade de suas atividades. Neste contexto, foi verificado que entre as alterações mais expressivas identificadas na pesquisa, somente a companhia Estacio Part apresentou informações com clareza em suas notas explicativas para justificar o acréscimo na divulgação de suas contingências.

5. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução das provisões e passivos contingentes trabalhistas nas empresas incluídas nos setores de bens industriais e consumo cíclico que negociam suas ações na B3. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter descritiva a partir dos dados coletados nas notas explicativas das companhias que compuseram a análise.

Inicialmente, fugindo do escopo da pesquisa, mas de importância a ser destacado, são as dificuldades encontradas pela falta de padronização e completude de informação nas notas explicativas das companhias, corroborando assim com os resultados obtidos na pesquisa de Nogueira (2016) que constataram que as informações divulgadas em sua maioria são insuficientes e não seguem as exigências estabelecidas no CPC 25.

Com relação aos resultados obtidos na análise das Provisões Trabalhistas constituídas e reconhecidas pelas companhias, foi identificado que há uma evolução porém não uma tendência no desenvolvimento desses valores em nenhum dos subsetores analisados, isto pode ser justificado em parte devido a abertura proporcionada pela CLT para a reclamatória de direitos trabalhistas e pela morosidade do sistema judiciário quanto ao resultado final das ações em andamento que podem convergir no dispêndio de recursos financeiro pela companhia, assim como em um acordo entre as partes.

Quanto ao declínio observado na evolução dos Passivos Contingentes de natureza

Trabalhista, divulgado pelas companhias no exercício findo em 2018, pode ser em parte relacionado a Reforma Trabalhista sancionada em julho de 2017 pela Lei 13.467/2017, passando a vigorar em novembro de 2017. Aplicando diversas alterações na CLT a Reforma Trabalhista trouxe mudanças para o empregador que acionar judicialmente contra seu empregado, o processo que anteriormente seria beneficiário da justiça gratuita com ocorrência favorável ou não ao empregado, com a Reforma Trabalhista impõe a parte vencida o pagamento de honorários de sucumbência a outra parte, impedindo assim pedidos sem procedência.

Essa mudança conforme dados divulgados pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST em novembro de 2018 reduziu pela metade o recebimento de novas reclamações trabalhistas na Varas de Trabalho em todo o país, isto comparado com o mesmo período do ano anterior. Os reflexos dessas mudanças corroboram com o declínio identificado na divulgação do Passivos Contingentes no exercício de 2018 pela amostra, porém não alteram de forma significativa as ações já em curso e para as quais foram constituídas e reconhecidas Provisões.

Por fim, respondendo à questão da pesquisa foram apresentadas as análises quanto a evolução das Provisões e Passivos Contingentes Trabalhista correspondente a amostra, objetivando atribuir importância referentes a divulgação destas informações do âmbito trabalhista, sugere-se a realização de novas pesquisas com ênfase nas Provisões e Passivos Contingentes de natureza Trabalhista, para que seja obtidas novas informações quanto a relevância da Reforma Trabalhista nas informações contábeis geradas pelas companhias.

Percebe-se como limitação da pesquisa a amostra delimitada entre as companhias integrantes de apenas dois subsetores da B3, podendo ser ampliada para outros seguimentos em pesquisas futuras, assim como o período correspondente a análise.

Referências

- Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 58-81.
- Caetano, T. P., Silva, T. B., Biesdorf, S., & Leal, E. A. (2010). Evidenciação do passivo contingencial nas demonstrações contábeis: um estudo nas empresas de papel e celulose. In *Congresso USP de Controladoria e contabilidade* (Vol. 10, p. 2010).
- Cístolo Ribeiro, A., de Souza Ribeiro, M., & Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: as Percepções dos Protagonistas Envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 38-54.
- Comitê, D. P. C. (2014). Pronunciamento Técnico CPC 25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Comitê, D. P. C. (2017). Pronunciamento Técnico CPC 00: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011.
- Farias, M. R. S. (2004). *Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo)..
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Iudícibus, S. D. (2004). *Teoria da contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas SA.
- Martins, V. A., Brun, A. L., Lazzarotto, A., Coelho, J. L. M., & SILVA, S. C. (2009). A importância

- de conhecer e evitar o passivo trabalhista. *Junho de*.
- Nogueira, M. F. *Reconhecimento, mensuração e evidenciação do passivo judicial trabalhista* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Paoletti, M. R. (2010). Critérios para formação de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Pastore, J. (2006). Reforma Trabalhista: O que pode ser feito. *Cadernos de Economia da FECOMERCIO*.
- Pereira, S. D. V. (2008). A importância da gestão do risco do passivo trabalhista nas finanças das organizações. *Revista Novas Ideias*, 1(1), 93-112.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Ribeiro, A. D. C. (2012). *Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Rosa, B. B. D. (2017). Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras.
- Suave, R., Codesso, M. M., de Moraes Pinto, H., Vicente, E. F. R., & Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEFE*, 1(11).